

## **Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR)<sup>1</sup>**

***Wanderley Jorge da Silveira-Junior, Eloise Silveira Botelho***

### **RESUMO**

As populações tradicionais estabelecidas no entorno ou no interior de áreas protegidas têm buscado alternativas que compatibilizem a subsistência com a conservação ambiental e valorização cultural. Nesse processo, o turismo tem sido elencado como a alternativa capaz de compatibilizar esses interesses. O tema central desse artigo perpassa o debate sobre o turismo em áreas protegidas e as possibilidades e limites de inclusão social das populações tradicionais. Nesse contexto, a iniciativa da Cooperativa de Turismo de Guaraqueçaba (Cooper Guará-ecotur), Paraná, fundada em abril de 2008 com o apoio da ONG SPVS, é um interessante estudo de caso que traz uma série de questões que precisam ser conhecidas e debatidas no âmbito acadêmico. Assim, esse artigo tem por objetivo analisar a iniciativa de turismo adotada pelos caiçaras membros da Cooper Guará-ecotur e refletir sobre as possibilidades e limites do ecoturismo de base comunitária em áreas protegidas. Como resultado da pesquisa qualitativa, que envolveu entrevistas e observação direta, identificou-se que o turismo de base comunitária, protagonizado pelos caiçaras a partir da criação de uma cooperativa, tem possibilitado a perspectiva de inclusão social. Tal iniciativa tem contribuído para a organização social local, bem como para a capacitação e fomento do turismo. A iniciativa colaborou para que a economia local se diversificasse, valorizando a cultura local e permitindo que os caiçaras permaneçam em seus territórios. O estudo de caso aponta ainda algumas questões, identificadas como possíveis fragilidades que podem dificultar o desenvolvimento do turismo local: qual a capacidade da Cooperativa se sustentar caso a ONG se retire do projeto que apóia? Considerando as críticas elencadas pelos caiçaras não membros da Cooperativa, em que medida esta pode agregar novas adesões no sentido de fortalecer o turismo local? E, assim, até que ponto a inclusão social dos caiçaras é possível, em sua totalidade? Essas questões incitam o debate acadêmico, e merecem uma reflexão mais crítica, podendo desta forma nortear outras pesquisas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoturismo de Base Comunitária; Populações Tradicionais; Áreas Protegidas; Inclusão Social.

Comunitária.

***Tourism in protected areas and inclusion of traditional populations: a case study of Guaraqueçaba Ecotourism Cooperative (PR, Brazil)***

**ABSTRACT**

Traditional people established within protected areas have been searching for alternative development that reconcile environmental conservation and cultural value with livelihood. In this case, tourism has been listed as the alternative to reconcile those interests. The central theme of this paper characterizes the debate on tourism in protected areas and the possibilities and limits of social inclusion of traditional populations. In this context, the Cooperative Tourism Guaraqueçaba (Cooperguardá-ecotourism), founded in April of 2008, in the State of Paraná, is an interesting case study that has a number of issues that need to be known and discussed in the academic world. Thus, this article aims to analyze the tourism initiative adopted by the caiçaras members of Cooperguardá-ecotourism and reflect on the possibilities and limitations of community-based tourism in protected areas. As a result of qualitative research involving interviews and direct observation, identified that the community-based tourism, promoted by caiçaras from the creation of a cooperative has enabled the social inclusion perspective. This initiative has contributed to local social organization, as well as for training and promotion of tourism. The initiative helped the local economy to diversify, valuing local culture and allowing caiçaras remain in their territories. The case study also points to some weaknesses that may hinder the development of local tourism by encouraging scholarly debate on the subject. The case study also highlights some issues identified as potential weaknesses that may hinder the development of local tourism: will the Cooperative have the ability to sustain itself if the NGO withdraws from the project that supports it? Considering the critical caiçaras not listed by members of the cooperative, to what extent this can add new members to strengthen local tourism? And so, to what extent the inclusion of the native population is possible, if at all? These questions encourage scholarly debate, and deserve a more critical and may thus guide further research.

**KEYWORDS:** Local Based Tourism; Traditional Populations; Protected Areas; Social Inclusion.

**Introdução**

As populações tradicionais estabelecidas no entorno ou no interior de áreas protegidas são foco de análise de muitas pesquisas, devido, principalmente, ao processo histórico de mudanças culturais e econômicas e, também, de exclusão social que têm sofrido. Em paralelo, as populações tradicionais inseridas nesse contexto têm buscado alternativas que compatibilizem a sobrevivência no interior/entorno de áreas protegidas com a conservação ambiental e valorização cultural. Nesse processo, o turismo tem sido elencado como a alternativa capaz de compatibilizar esses interes-

ses. Tal fato pode ser ilustrado com a recente iniciativa do Ministério do Turismo que promoveu, em 2009, um edital de apoio às iniciativas de desenvolvimento do turismo que tivessem como protagonistas comunidades locais e populações tradicionais no processo de gestão da atividade. Mas até que ponto o turismo é, de fato, uma alternativa capaz de compatibilizar os interesses e necessidades de desenvolvimento econômico, social e cultural? Como essas iniciativas têm se desenvolvido? Quais as dificuldades que têm encontrado para a inclusão social dessas comunidades no processo? Nesse contexto, a iniciativa da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (Cooperguardá-ecotur), Paraná, é um interessante estudo de caso que traz uma série de questões que precisam ser conhecidas e debatidas no âmbito acadêmico, no sentido de buscar contribuições no processo de desenvolvimento do turismo local com inclusão social.

O município de Guaraqueçaba (PR) resguarda um dos maiores remanescentes contínuos de Mata Atlântica, protegidos por várias Unidades de Conservação (UC)<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>3</sup> de todo Estado do Paraná (IBGE 2007). Esse cenário demonstra as contradições sociais e ambientais vivenciados pela população tradicional ali localizada.

A população tradicional, que tem seu modo de vida baseado na cultura caiçara, guarda uma relação ainda intrínseca com a natureza, dividindo suas atividades entre o mar (pesca) e a terra (agricultura). No entanto, devido aos conflitos fundiários, iniciados na década de 1960, a criação e efetivação das áreas protegidas e a especulação imobiliária decorrente do turismo, essa população vem sofrendo restrições de uso do território e, até mesmo, tem findado suas atividades tradicionais, com significativas mudanças no patrimônio natural e cultural. As mais observadas são: redução dos fandangos<sup>4</sup>; aumento de construções em áreas de risco, menos valorizadas pelo mercado imobiliário (encostas e topes de morro); a busca por constituição de novas posses em outras localidades e o desuso de práticas tradicionais, que tem provocado extrativismo predatório e caça predatórios.

Atualmente, a criação da Cooperguardá-ecotur aponta para uma nova perspectiva, em que a participação dos moradores na atividade turística surge como uma oportunidade de inclusão social, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a conservação do patrimônio natural e cultural.

Diante da breve contextualização, esse estudo se norteia pelas seguintes questões: quais são os objetivos, ações e projetos da Cooperguardá-ecotur e de que forma esta iniciativa visa ao estabelecimento do turismo fundamentado no protagonismo social, proteção ambiental, valorização cultural e inclusão social? Quais as dificuldades encontradas nesse sentido? Tais questões encaminham os objetivos da pesquisa: analisar a iniciativa de turismo adotada pelos membros da Cooperguardá-ecotur e refletir sobre as possibilidades e limites do turismo de base comunitária em áreas protegidas, nesse contexto.

Para tanto, este artigo discute, ainda que breve, a concepção que norteou a criação de áreas protegidas, bem como as consequências para as populações tradicionais. No sentido de contextualizar teoricamente o estudo de caso, também aborda o turismo em áreas protegidas, enfocando sua concepção, proposta e dificuldades de gestão, no que tange a questão das populações tradicionais. Em seguida, é apresentado o estudo de caso: contexto histórico e socioeconômico das populações tradicionais que habitam o município de Guaraqueçaba, bem como o processo de criação das áreas protegidas no município e, sua implicação para o turismo, com foco na Cooperguará-ecotur

Como método de pesquisa de campo, foram realizadas visitas com observação direta e entrevistas com os cooperados e principais atores sociais que influenciam a dinâmica do turismo local, a saber: cooperados, o diretor da cooperativa, o diretor da Secretaria de Turismo de Guaraqueçaba, o vice presidente do Conselho da APA de Guaraqueçaba e o representante da ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Também foi realizado intenso estudo bibliográfico, com pesquisa em livros, documentos, teses e dissertações e também em sítios da internet.

Assim, o presente artigo coloca em discussão no âmbito acadêmico o estudo de caso sobre a Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba, buscando uma reflexão sobre turismo de base comunitária, inclusão social e áreas protegidas.

### ***Áreas Protegidas, populações tradicionais e turismo: um debate sobre os desafios e possibilidades***

Atualmente, a permanência de populações humanas no interior de áreas protegidas é tema de diversos estudos acadêmicos e debates no âmbito das políticas públicas, no Brasil e no mundo. Os estudos e debates têm evidenciado diversos problemas e conflitos existentes na relação áreas protegidas/ populações locais, sobretudo aquelas tradicionais. Nos países em que o capital encontra ainda em estágio inicial, em geral, as populações tradicionais não são “destruidoras da natureza”, principalmente quando depende da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua sobrevivência e quando o sistema de produção em que está inserido não é marcado pela rápida acumulação de capital (DIEGUES, 1996).

Apesar do intenso debate sobre o assunto, ainda não há consenso sobre o significado dos termos populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais, aplicáveis mundialmente. A confusão não é apenas de conceitos, mas até de expressões em diversas línguas. Dessa forma, as diversas denominações e conceitos dados às populações tradicionais criaram dúvidas e ambiguidades, dificultando, muitas vezes, o seu próprio reconhecimento. Neste estudo, nos apoiamos na definição do decreto presidencial 6.407 de 7 de fevereiro de 2007, em que “Povos e Comunidades Tradicionais” são entendidas como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Todavia, durante muito tempo prevaleceu a ideia de que a conservação dos ambientes naturais só seria possível sem a presença humana. A dicotomia entre sociedade e natureza, aliada à concepção hegemônica de sociedade, oriunda da população urbano-industrial, além de não contribuir com os objetivos conservacionistas, proporcionou perdas para os grupos populacionais que sempre mantiveram uma estreita relação com os ambientes naturais: perdas dos meios de subsistência, de trabalho, de produção. A impossibilidade de serem proprietários do seu meio de produção levou muitos membros dessas comunidades para os grandes centros urbanos, contribuindo com o aumento de favelas; pauperização das populações que resistiram e permaneceram no entorno e muitas vezes a miséria extrema; degradação ambiental devido ao desuso das técnicas tradicionais de manejo e/ou sobre-exploração dos recursos naturais pelo extrativismo (DIEGUES, 2001).

Atualmente, o discurso dos órgãos ambientais tenta promover a inclusão social dessas populações no contexto das áreas protegidas, e o turismo tem sido uma das alternativas mais comumente citada, devido ao seu potencial de dinamização da economia e benefícios<sup>5</sup> econômicos gerados.

Na contemporaneidade, o turismo é considerado um fenômeno de grande crescimento, sobretudo no plano global. Desde a década de 1950, a atividade vem crescendo em média 7,2% ao ano, passando de 25 milhões para 924 milhões de chegadas de turistas em todo mundo no ano de 2008, gerando uma receita cambial de aproximadamente 850 bilhões de dólares (EMBRATUR, 2008).

Dados numéricos do *World Travel Tourism Council* (WTTC) apontam que o turismo gera cerca de 194,5 milhões de empregos diretos e indiretos, número que deverá aumentar para 247,2 milhões até 2013. Esses números indicam a importância do turismo para a economia mundial, superando a indústria bélica em volume de capital transacionado e muito próximo de alcançar valores iguais ou superiores aos produzidos pela indústria do petróleo, a líder do *ranking* mundial (MENDONÇA, 2004).

O turismo é um setor do mercado econômico que se expandiu rapidamente, sendo apontado como um gerador de divisas para países, um instrumento capaz de causar impactos positivos nas regiões visitadas. Entretanto, num plano global, do modo como vem sendo desenvolvido – baseado no lucro imediato, na grande escala, e na homogeneização de paisagens – vários impactos negativos são gerados como consequência do “turismo global”, o que coloca em risco a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental dos destinos turísticos.

Nesse contexto, o ecoturismo se destaca como um dos mais promissores, sen-

do considerado o segmento que apresenta o maior crescimento, influenciado, principalmente, pelo crescente interesse pelo contato com a natureza. Conforme apresenta Layrargues:

Em outras palavras, se a natureza se tornou uma nova mercadoria, o ecoturismo representa a criação de um novo mercado, possibilitado em função da eclosão da crise ambiental que apresentou como efeito subjetivo, a criação de uma nova sensibilidade capaz de fornecer um valor estético positivo à natureza (LAYARARGUES 2004, p.41).

No Brasil, a discussão sobre o ecoturismo é relativamente recente. Em 1994, foi elaborado o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, fruto de um grupo de trabalho interministerial (Ministério da Indústria e do Comércio e do Turismo do Meio Ambiente e da Amazônia Legal). Nesse documento, o ecoturismo é conceituado como

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

Em relação às populações tradicionais, em nenhum momento o documento faz referência a esses grupos populacionais, considerando que a essa época o tema estava sendo intensamente debatido no Brasil e no mundo. Apesar de a preocupação com o bem estar das populações locais estar presente no conceito de ecoturismo, o que tem sido observado é que, na prática, esse grupo social ainda é excluído dos processos de concepção e gestão de iniciativas de ecoturismo. Na maioria dos casos, quando não é completamente negado os benefícios, tem sido reservado aos autóctones o papel coadjuvante nas atividades turísticas, fato esse que vem contribuindo para ocorrência de diversos impactos, tanto no patrimônio cultural dessas comunidades, quanto no patrimônio natural das áreas protegidas.

Nesse processo, os atores sociais mais vulneráveis são as populações tradicionais, que ainda mantêm uma relação intensa com os ambientes naturais, dependendo desta para sua sobrevivência e, também, para manutenção das suas representações sociais. Essas populações, em muitos casos, vislumbram diversas oportunidades possíveis proporcionadas pelo desenvolvimento do turismo, sobretudo a valorização de suas terras pelo mercado imobiliário e as ofertas de empregos. E por isso, em muitos casos quando não vendem suas terras, abandonam suas práticas tradicionais, como a pesca, a agricultura de subsistência e o artesanato, para ocupar, postos de trabalho temporários e menos qualificados, com baixos salários, longas jornadas (GASTÓN; CANADA, 2007).

De acordo com o exposto, é importante contrapor os discursos dos organismos oficiais de turismo que frequentemente afirmam a capacidade do turismo em gerar

empregos e dinamizar a economia, reduzindo, assim, os índices de pobreza. No entanto, esses discursos apresentam uma concepção de pobreza simplificada que leva em consideração somente o número de empregados e ignora as questões relativas à participação *ativa* dos autóctones no processo de gestão e de decisão sobre temas essenciais e emancipatórios. Dessa forma, esses discursos contribuem para a manutenção das diferenças socioeconómicas existentes e não trazem mudanças significativas no que tange a transformação do modelo de desenvolvimento econômico, tendo como pano de fundo o turismo (IBID, 2007).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a atividade, da forma como vem sendo desenvolvida, não tem contribuindo para reaproximar as populações tradicionais das áreas protegidas, em muitos casos tem afastado ainda mais esses grupos populacionais do processo de gestão do patrimônio natural e cultural que historicamente contribuíram para proteger. Mas o turismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma região, dependendo da forma como é concebido e gerido.

Na busca por uma iniciativa que consiga aliar o desenvolvimento do turismo com a proteção do patrimônio natural e cultural e, também, distribuir os benefícios econômicos nas regiões visitadas, diversas experiências vêm sendo realizadas pelo mundo, como alternativa ao turismo global, ao mesmo tempo em que surge uma demanda interessada por essa nova opção. É o caso do Turismo de Base Comunitária.

O turismo de base comunitária está fundamentado na justiça e na equidade social e vem considerando, além da sustentabilidade econômica, as dimensões social, cultural e ambiental, o que tem resultado em reais benefícios para as comunidades receptoras (BURSZTYN, 2005). É interessante notar que esse modelo de turismo está presente na maioria dos países que compõem a América Latina. Ainda que as representações sociais que lideram o “movimento” do Turismo de Base Comunitária tenham conceitos diferenciados, em acordo com as experiências locais e culturais, há em comum entre as iniciativas algumas premissas.

No Brasil, o Turismo de Base Comunitária é definido pelo Ministério do Turismo como um modelo que prioriza a solidariedade, a cultura, e o protagonismo das comunidades locais, como pode ser observado na citação abaixo:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2004).

Analizando esse conceito, as iniciativas apontam para algumas premissas básicas sobre o desenvolvimento da iniciativa de turismo de base comunitária: o protagonismo das comunidades locais, o intercâmbio cultural com valorização da cultura local, o uso do patrimônio natural associado à sua conservação. Para que o Turismo de Base Comunitária se efetive como um modelo diferente do turismo global, é necessá-

rio que essas premissas estejam presentes nas iniciativas comunitárias.

Já Layrargues (2004) propõe o ecoturismo de base comunitária, que associado à preocupação com a proteção do patrimônio natural e a valorização cultural, este modelo, segundo o autor, insere também a necessidade de mudança social, ou seja, de que haja distribuição dos benefícios econômicos e sociais gerados pelo turismo, protagonizado pela comunidade.

Irving (2009, p. 112) complementa a reflexão sobre esse modelo ao afirmar que é necessário *“ultrapassar a simples noção do ‘comunitário’ como significado de comunidades carentes de baixa renda para avançar no sentido de se pensar, no futuro, alternativas para a avaliação das iniciativas em curso”*.

De acordo com o exposto, o Turismo de Base Comunitária pode ser uma importante alternativa de inclusão social das populações tradicionais no entorno/interior de áreas protegidas, visto que é protagonizado pelos autóctones, a partir da conservação dos recursos naturais, e da valorização e reconhecimento do saber tradicional. Sendo assim, é importante verificar como o Turismo de Base Comunitária tem sido implantado e gerido pelos caiçaras do município de Guaraqueçaba.

### **Aspectos metodológicos da pesquisa**

No sentido de atender aos objetivos propostos nessa pesquisa, optou-se pela metodologia qualitativa para a coleta e análise dos dados. Como sugere Moesh (2000), a pesquisa qualitativa permite uma análise não fragmentada, não limitada, sendo um processo de apreensão que abarca todos os elementos e aspectos que interagem constantemente no objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que decompõe a realidade, estudando cada elemento de maneira isolada, porém sempre dentro de uma totalização que conecta suas diversas inter-relações.

A abordagem qualitativa em educação permite que o pesquisador entre em contato com mundos diferentes, faz com que ele conheça outras realidades e que também aprenda a respeitar tudo o que está a sua volta, pois todas as informações são relevantes durante a pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

De acordo com Monteiro (1998), o desafio para aqueles que estudam fenômenos sociais é o de aprender o sentido de eventos, sob a ótica dos que deles participam, sem imporem um quadro pré-determinado de raciocínio sobre a realidade social observada.

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto, recolhem seus dados em forma de palavras ou imagens e não de forma numérica; a análise dos dados se dá de maneira indutiva. É importante dizer que os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Foi realizado extenso trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, em que foram consideradas diversas fontes e estudos de caso disponíveis em livros, documentos, teses e dissertações, sítios da internet e documentos com a

Cooperativa.

O trabalho de campo envolveu observação direta do cotidiano da comunidade e das atividades desenvolvidas em apoio à visitação turística. Também foram realizadas entrevistas com os cooperados e principais atores sociais que influenciam a dinâmica do turismo local, a saber: cooperados, o diretor da cooperativa, o diretor da Secretaria de Turismo de Guararema, o vice presidente do Conselho da APA de Guararema e o representante da ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas parcialmente, sendo parte dos argumentos dos entrevistados utilizados para fundamentar a análise. Sendo assim, utilizou-se o método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (1979), de forma adaptada à proposta da pesquisa.

No caso do presente artigo, cabe, primeiramente, descrever o contexto em que a pesquisa é realizada. Em um segundo momento, serão analisados o caso da Cooperativa a partir das falas e argumentos dos entrevistados.

### **Contexto histórico, econômico e ambiental de Guararema: para entender o turismo contemporâneo**

O município de Guararema<sup>6</sup> situa-se ao norte do litoral do Paraná, na baía de Paranaguá, com uma área de 2.019 Km<sup>2</sup>, onde habitam 7.732 moradores distribuídos entre ilhas e continente (IBGE, 2007). O município está localizado em uma região servida de vias navegáveis para pequenos barcos e canoas, o que sempre possibilitou a comunicação com outras regiões e o escoamento do excedente produzido pelos agricultores.

A história do município guarda dados importantes para a compreensão do contexto atual das comunidades tradicionais e sua relação com o turismo. O território onde hoje se situa Guararema passou por diversos ciclos econômicos que provocaram transformações sociais e culturais, tendo sido habitado por índios Tambaúbas, portugueses em busca de ouro (séculos XVII e XVIII), suíços e alemães que ali estabeleceram a agricultura de subsistência em pequena escala devido às suas terras férteis (séculos XIX e XX) (BOLDRINI, 1995; IPARDES, 1989).

Durante os séculos XIX e XX, o ciclo econômico de exportação de madeira em outras regiões do Estado, associado à construção de vias terrestres que ligavam o litoral ao planalto, isolaram o município e levou Guararema a um processo de decadência econômica. Os pequenos produtores permaneceram nos sítios, voltando a viver da agricultura de subsistência e da pesca artesanal (IPARDES, 1989). Em função do relativo isolamento do litoral, a Mata Atlântica da região foi preservada e, com ela, a cultura das populações tradicionais que ali residem, os caiçaras (ALMEIDA, 1945 *apud* DIEGUES, 2001). Dessa forma, os caiçaras estabeleceram uma relação intrínseca com o meio natural, o que contribuiu para a conservação do Bioma Mata Atlântica em Guararema e fortalecimento das atividades culturais.

É importante observar que, a partir da década 1960, a região é palco de vários

conflitos envolvendo diferentes atores. Pequenos produtores rurais caiçaras e grandes grupos empresariais madereiros e agropastoris lutavam pela ocupação do território. Somado a isso, grupos de “neolatifundiários” vislumbraram o potencial pastoril e turístico da região. Esse grupo, utilizando-se de métodos de grilagem e de invasão das terras de caiçaras com a criação de búfalos<sup>7</sup>, fez com que a população caiçara fosse obrigada a vender ou abondanar suas terras. Como consequência desse processo, a região sofreu com a degradação ambiental e a população se deslocou para terras menos férteis e mais frágeis (BOLDRINI, 1995; MIGUEL, 1997 *apud* TEIXEIRA, 2004). O Estado instituiu uma série de áreas protegidas, restringindo o uso dos recursos naturais com o objetivo de ordenar a ocupação de terras, fato que desestimulou a permanência dos neolatifundiários no município.

A criação da maioria das áreas protegidas de Guaraqueçaba ocorreu em paralelo ao período de redemocratização do Brasil, conforme pode ser verificado no Quadro 1.

Quadro- 1. Ordem cronológica de criação das áreas protegidas em Guaraqueçaba

Áreas Protegidas	Lei/decreto Criação das UC's	Extensão (ha)
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Decreto nº. 87.222, de Maio de 1982.	13.638
Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba	Decreto nº. 90883, de outubro 1985	314.400
Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho	Decreto federal nº. 1.888, de novembro de 1985	109
Parque Nacional de Superagüi	Decreto federal nº. 97.688, de Abril de 1989	21.400
Reserva da Biosfera Vale do Ribeira – Serra da Graciosa	Criada em 1991 e inscrita pela UNESCO em 1999 como Patrimônio Mundial Natural	1.691.756

Fontes: IBAMA-PR (2009); MEDAUAR (2006); TEIXEIRA (2004) e CEPHAN (2009).

A década de 1990 é marcada pelo surgimento de novos atores, representados pelo IBAMA e a ONG Sociedade de Proteção da Vida Silvestre e Educação Ambiental (SPVS), que firmaram parcerias para atuar na conservação das áreas protegidas de Guaraqueçaba. Assim, projetos de Educação Ambiental foram desenvolvidos no município voltados, quase sempre, para a conservação da natureza, sendo as pesquisas e discussões sobre o papel da população local na proteção ambiental realizadas sem articulação com as ações da ONG (TEIXEIRA, 2004). Em 2002, foi criado o Conselho da APA de Guaraqueçaba (CONAPA)<sup>8</sup>, no sentido de fazer cumprir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº. 9.985/2000), o que possibilitou que os moradores participassem do processo de gestão da APA, com efetivação de câmaras técnicas de pesca, de conservação, de agricultura, de infra-estrutura, bem como

dos grupos de trabalho de educação ambiental e comunicação.

Assim, a criação de áreas protegidas (Figura 1) contribuiu para conter os conflitos fundiários e proteger as práticas tradicionais da população caiçara. No entanto, a parceria IBAMA/SPVS passou a prevalecer a restrição de uso do território e ações baseadas em uma concepção conservadora, que ignorava o saber tradicional dos caiçaras. Associado a isso, a criação de áreas protegidas provocou o aumento do interesse de turistas pela região (continente e ilhas), dando início a um novo processo de transformação socioeconômica no município.



Figura 1 - Áreas protegidas em Guaraqueçaba e localização dos Núcleos da Cooperquará-ecotur.

Fonte: <http://www.spvs.org.br>.

### **O turismo em Guaraqueçaba: impactos e alternativas**

Em Guaraqueçaba, a criação de várias UCs, no início da década de 1980, contribuiu para o fim de algumas atividades predatórias praticadas pelos neolatifundiários, restando somente a criação de búfalos e a coleta e processamento ilegais de palmito (MIGUEL, 1997, *apud* TEIXEIRA, 2004; RODRIGUES, 2002; SPVS, 1994).

Por outro lado, as restrições impostas pela legislação ambiental influenciaram diretamente no desenvolvimento do turismo no município, pois o extrato denso e contínuo de Mata Atlântica aliado às belezas do litoral passaram a despertar o interesse de turistas e, consequentemente, especuladores.

A década de 1980 é marcada então pelo início da especulação turística, com atuação de imobiliárias instaladas por todo o litoral que, com registros de terras ilegais, pressionam antigos posseiros a regularizarem a documentação de suas terras, para que as mesmas possam ser loteadas e comercializadas<sup>9</sup> (BOLDRINI, 1995). Assim, vários pescadores venderam suas casas de frente para o mar para os veranistas (Figura 2), território este essencial para o trabalho, o que ocasionou inclusive o surgimento de pousadas na região (Figura 3).



Figura 2- Contrastes do turismo no “Costão de Guaraqueçaba”. Foto: Wanderley Jorge Silveira Junior (2011)

Como resultado, ocorre o êxodo de caiçaras para as grandes cidades (Paranaguá e Curitiba), pauperização daqueles que permaneceram, bem como o aumento de construções em áreas de risco, menos valorizadas pelo mercado imobiliário e até mesmo a busca por constituição de novas posses em outras localidades. Atualmente, este fato ainda ocorre, visto que diversos estrangeiros têm se interessado em comprar terras de caiçaras, conforme a denúncia feita por moradores, em cartazes espalhados nas margens da PR 405 (Figura 4).



Figura 3 - Pousadas no “Costão de Guaraqueçaba”. Foto: Wanderley Jorge Silveira Junior (2011).



Figura 4 – Cartazes com denúncias feitas por trabalhadores rurais caiçaras. Foto: Geraldo Majela Moraes Salvio (2011)

Todavia, nas Ilhas de Superagüi e Ilha das Peças, conforme relatado por moradores, a especulação imobiliária decorrente do turismo não representa os mesmos riscos que apresentou outrora, sobretudo devido à fiscalização exercida pelo IBAMA e pelos técnicos do SPU (Serviço de Patrimônio da União). A fiscalização desses órgãos vem coibindo a constituição de novas posses e a comercialização das já constituídas.

Contudo, podemos observar no mapa da Ilha das Peças o resultado da especulação imobiliária sofrida pelos moradores no passado, a grande presença de turistas que possuem residências de frente para o mar.



Figura 5 – Mapa de Vila das Peças. Fonte: Adaptado de Rocha (2005, apud CUNHA; ROUGEULLE, 1989)

No entanto, o resultado da especulação imobiliária ocorrido na Ilha das Peças pode ser observado principalmente no perfil dos turistas que a visitam. São em sua maioria, aposentados ou profissionais liberais com idades entre 40 e 63 anos, que conseguiram adquirir uma casa na ilha e, possuem barco próprio, tais como veleiros, lanchas e jet-esquis e procuram passar uma temporada maior na ilha, em média vinte dias, acompanhados de suas famílias (ROCHA, 2005).

A relação entre os moradores com esses turistas é tranquila, segundo o relato dos próprios moradores. Mas do ponto de vista financeiro, esse turista é apontado por não trazer benefícios para a comunidade.

“Têm muitos que vem e eles e já trazem as coisas de lá já pro gastos deles pra não gastar nada aqui. Este turismo é que querem só pra eles. E é ruim” (cooperada Ilha das Peças) .

A Ilha das Peças transformou-se também num tradicional ponto de encontro de velejadores paranaenses, paulistas e cariocas, que buscam na ilha a prática da pesca amadora, tanto na praia como na foz do Rio das Peças. Tal atração se dá não só pelo número de pousadas e casas disponíveis para locação, mas também pela proximidade da cidade de Paranaguá (ROCHA, 2005).

Os pescadores apontam que a pesca amadora praticada por turistas também tem colaborado para a redução da pesca, pois é com eles que os pescadores artesanais precisam “dividir” o mar, logo de madrugada quando saem para pescar, pois os pescadores amadores, com o barulho das hélices de seus barcos a motor, acabam espantando os cardumes e dificultando a pesca de tarrafa (*Ibid*, 2005).

Diferentemente da Ilha das Peças em Superagui, os visitantes não possuem casas de veraneio, apresentam-se em sua maioria jovens, com idades entre 15 e 35 anos e passam poucos dias na ilha, utilizando a infraestrutura dos moradores. No entanto, devido aos atrativos do Parque Nacional de Superagui, o número de visitantes na ilha é relativamente maior (*Ibid*, 2005). Conforme o relato de uma cooperada da Ilha das Peças.

“O parque nacional de Superagui não traz benefício nenhum, só proibições, e só proibir, proibir e proibir...o turista não vem aqui. Os turistas querem conhecer o Parque. Lá eles ficaram com os benefícios e nos com os prejuízos”.

A insatisfação da cooperada da Ilha das Peças está relacionada com o fato da Ilha fazer parte do Parque Nacional de Superagui, sofrendo assim restrições quanto ao uso dos recursos naturais. No entanto, diferente da comunidade do entorno do Parque, como Barra de Superagui, que recebe muitos turistas, na comunidade da Vila das Peças fazer parte do parque não contribui para o aumento do fluxo de turistas.

A definição de um cooperado sobre o perfil atual do turista que visita Guar-

queçaba apresenta um turista que busca vivenciar a modo de vida da cultura local, preferindo muitas vezes as instalações dos pescadores em detrimento dos hotéis instalados no centro de Guaraqueçaba e as grandes pousadas no Costão.

“É o turista ecológico. O turista ecológico ele quer saber disso ai, ele quer ir na pousada do cara, na casa do caboclo, sentar no banquinho, tomar café com ele almoçar com ele, pescar com ele”(cooperado N. sede).

Diante do exposto, é importante destacar que o crescimento da nova demanda turística favorece o desenvolvimento de um turismo com base local. Tal iniciativa, além de gerar renda para a população tradicional, atende aos objetivos de proteção da natureza e, também, às reivindicações de moradores que protestam contra os projetos conservadores de educação ambiental, alegando que no município são apenas desenvolvidos projetos voltados para a conscientização da proteção da fauna local (Figura 6). Com base nesses fatos, a SPVS fomentou a criação da Cooperguardá-ecotur que, a partir de abril de 2008, iniciou suas atividades.



Figura 6 – Cartaz de protesto de trabalhadores rurais Caiçaras. Foto: Geraldo Majela Moraes Sálvio (2011)

O primeiro passo para a criação da cooperativa foi a realização de um diagnóstico sobre o turismo na APA de Guaraqueçaba, que identificou 120 pequenos empreendimentos ligados ao turismo. No entanto, apenas 28 abraçaram o projeto promovido pela SPVS, sendo a grande maioria dos moradores caiçaras.

Avaliando os fatores que influenciaram a não adesão dos demais moradores que atuam com empreendimentos e serviços turísticos na Cooperguardá, considera-se que há uma série de dificuldades, dentre elas: a grande extensão territorial do município de Guaraqueçaba; as péssimas condições da Rodovia PR 405; e o ineficiente

transporte marítimo. Mas é importante destacar que, segundo o olhar de alguns cooperados, a atuação da SPVS em parceria com o IBAMA na gestão e nas ações de fiscalização da APA de Guaraqueçaba teve grande influência na decisão de alguns moradores em não participar:

“[...] Quando veio os órgãos ambientais a polícia florestal vieram mal-tratando, batendo e prendendo então isso criou uma inimizade muito grande, criou um ódio das pessoas com esses órgãos ambientais. Eles não querem saber da SPVS não gostam, da polícia florestal, IBAMA. Esse foi o mau, devia ter primeira uma Educação” (cooperado N. Se-de).

Apesar da ausência de vários empreendedores locais, no final do ano de 2007 e início de 2008, o recém formado grupo começou a tomar importantes decisões para a estruturação institucional da Cooperativa. Entre várias deliberações, destaca-se a definição da periodicidade de ocorrência das assembleias, o que possibilitou a organização social em torno das decisões tomadas pelos cooperados.

Ainda nesse período de estruturação institucional, os encontros foram utilizados para realização de oficinas e cursos de capacitação que tinham por objetivos preparar os empreendedores locais para o trabalho em sistema de cooperativa, auxiliar a elaboração do estatuto e organização dos roteiros turísticos, e ainda, a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

A organização das assembleias também possibilitou que os membros da Cooperativa definissem os objetivos (geral e específicos), decidindo como seu principal objetivo promover e organizar o ecoturismo na região por meio da comercialização de roteiros capazes de gerar renda para as comunidades, impulsionando a conservação da natureza e oferecendo maior qualidade e serviços diferenciados aos turistas (Cooperguardá-Ecotur [s/d]). Nesse sentido, visando a atingir esse objetivo, os cooperados estabeleceram sete objetivos específicos, preconizados assim em seu estatuto:

primeiro objetivo: estabelecer estrutura adequada, para prestar serviços turísticos e comercializar tais serviços; segundo: elaborar e formatar roteiros turísticos; terceiro: organizar e capacitar o empresariado relacionado à atividade turística, especializando neste roteiro turístico oferecido pela cooperativa; quarto objetivo: divulgar portfólio de serviços oferecidos pela cooperativa; quinto: organizar e operacionalizar viagens turísticas; sexto: realizar e promover eventos culturais, esportivos, religiosos, sociais, teatrais, feiras e mostras que dinamizem o roteiro turístico e promovam os produtos e serviços no cais e o sétimo e último: *auxiliar na promoção e resgate da cultura de comunidades tradicionais da APA de Guaraqueçaba* (Cooperguardá-Ecotur [s/d]).

Analizando os objetivos da Cooperguardá-Ecotur podemos observar que entre os sete os sete em apenas um está explícita a preocupação com a cultura das popu-

lações tradicionais de Guaraqueçaba. Os demais objetivos visam apenas à estruturação e à organização do turismo no município, bem como a divulgação dos roteiros criados pelos cooperados.

A partir do ano de 2008, começaram as primeiras atividades da Cooperguará ecotur, bem como a sua divulgação em feiras e convenções de turismo. E também ao final desse mesmo ano iniciou-se o projeto “Operação Verão”<sup>10</sup>.



Figura 7 - “Operação Verão” Cooperguará-ecotur. Fonte: <http://www.spvs.org.br>.

Ainda como resultados gerados dos debates das assembleias, outra decisão tomada foi a divisão da Cooperativa em quatro núcleos, devido à grande extensão territorial do município, que são: Núcleo Sede, localizado no centro de Guaraqueçaba; Núcleo Ilha das Peças; Núcleo Superagüi; Núcleo Interior da APA, localizado em Tagaçaba e núcleo do município de Antonina. Esses núcleos, apesar de fazerem parte da mesma região, apresentam características distintas, influenciadas por fatores físicos, climáticos. Chama atenção também o fato de estarem inseridos no Mosaico de UCs, com forte incidência da legislação ambiental e/ou patrimonial, o que influencia na prestação de serviços e gestão dos empreendimentos turísticos. Pode-se citar como exemplo, o Parque Nacional de Superagüi e a Ilha das Peças que, devido ao tombamento do IPHAN, a legislação aplicada não permitiu a comercialização de posses, a constituição de novas e, ainda, restringiu construções e alterações fora dos padrões estabelecidos. A aplicação da legislação vem sendo realizada através de ações de fiscalização do IBAMA/SPU (Serviço do Patrimônio da União), evitando a entrada de grandes empresas do turismo e obrigando os cooperados proprietários de pousadas e/ou restaurantes a manterem suas residências e seus empreendimentos com as características originais, conforme pode ser ilustrado na fala do cooperado, entrevistado para esta pesquisa:

“Daí eles querem que os nativos mesmo que coloque as pousadas, os negócios. O IBAMA não deixa, ele quer que os nativos mesmo é que

ponha as coisas dele, do que por gente ou outro estranho...igual na ilha do mel mais deles lá é só de fora os nativos ta bem pouquinho, na ilha do mel a vila é toda de fora. É uma coisa que depois vira bagunça" (cooperada Ilha das Peças).

No continente, como a legislação municipal não é tão restritiva, os empreendimentos dos cooperados do Núcleo Sede acabam concorrendo diretamente com os hotéis e restaurantes dos empreendedores do mercado turístico, o que tem resultado numa padronização das construções seguindo as tendências globais.

Em relação aos serviços dos estabelecimentos, em todos os Núcleos da Cooperguará-ecotur prevalece a mão de obra do núcleo familiar. Nos restaurantes, do preparo até o atendimento; nas pousadas, da recepção, alimentação, limpeza, e manutenção; nos camping, limpeza e manutenção e também nas atividades dos apicultores e agricultores.

Dessa forma, analisando a Cooperguará-ecotur, podemos concluir que a cooperativa se apresenta-se como uma iniciativa ecoturismo de base comunitária, sobre tudo devido à participação dos autóctones nos serviços e produtos oferecidos aos turistas. No entanto, até o momento, o espaço democrático facilitado pela Cooperativa tem se limitado a contribuir para o aumento da renda dos cooperados, capacitando-os para melhorar o atendimento em seus produtos e serviços. Esses, por sua vez, atuam participando das assembleias, divulgando a Cooperativa ao vender os roteiros, vendendo produtos típicos da própria terra, fazendo e vendendo artesanatos e incentivando as outras pessoas que façam parte da Cooperativa. Tal cenário reflete as bases do turismo de base comunitária, como exposto por Bursztyn (2005) e de acordo com o conceito adotado pelo Ministério do Turismo (2005), citados anteriormente.

Todavia essa limitada e incipiente participação dos cooperados pouco tem contribuído para promover as mudanças socioambientais necessárias para efetivação da conservação/preservação dos patrimônios natural e cultural do município. Como defendido por Layrargues (2004), talvez seja essa a principal função do ecoturismo de base comunitária – a função social, capaz de distribuir renda e possibilitar espaços de participação e explicitação de conflitos – mas é, também, o maior desafio a ser enfrentado pela comunidade, de forma coletiva.

### **Considerações finais: refletindo sobre as questões centrais**

O tema central desse artigo perpassa o debate sobre o turismo em áreas protegidas, e as possibilidades e limites de inclusão social das populações tradicionais.

A partir da contextualização histórica, social e econômica do município de Guaraqueçaba, o estudo de caso realizado permitiu analisar como a Cooperguará-ecotur está organizada e quais contribuições e limitações ocorrem em seu processo de gestão. A população caiçara local foi historicamente excluída dos ciclos econômicos e também de seu território, devido à criação de diversas áreas protegidas que restringiram o acesso e determinaram novos modos de uso.

Mas o turismo de base comunitária, protagonizado pelos caiçaras a partir da criação de uma cooperativa, tem possibilitado a perspectiva de inclusão social. Tal iniciativa, liderada e apoiada pela ONG SPVS, tem contribuído para a organização social local, bem como para a capacitação e fomento do turismo. Como consequência, a economia caiçara diversifica-se, sendo uma alternativa às outras atividades econômicas que já sofriam com as restrições de uso dos recursos naturais, impostas pelos órgãos públicos. Tal fato permite que os caiçaras permaneçam em seus territórios, não sendo necessário buscar subsistência em outros municípios, como ocorreu em passado recente. A iniciativa possui outro aspecto importante, segundo as premissas do turismo de base comunitária: a valorização da cultura local e a proteção dos recursos naturais. Os caiçaras reconhecem a especificidade de sua cultura e a importância da proteção dos recursos naturais como estratégias fundamentais que garantem a atratividade do local e, portanto, os benefícios sociais e econômicos gerados pela atividade. Assim, o turismo promovido pela Coopeguará-ecotur está alinhado com a proposta do turismo de base comunitária.

No entanto, ainda é necessário o enfrentamento de algumas questões identificadas pela pesquisa como possíveis fragilidades capazes de dificultar o pleno desenvolvimento do turismo de base comunitária no município: qual a capacidade da Cooperativa de se sustentar, caso a ONG se retire do projeto que a apoia? Considerando as críticas elencadas pelos caiçaras não membros da Cooperativa, em que medida esta pode agregar novas adesões no sentido de fortalecer o turismo local? E, assim, até que ponto a inclusão social dos caiçaras é possível, em sua totalidade? Essas questões incitam o debate acadêmico, o que torna fundamental para um (re) pensar constante do turismo de base comunitária como real possibilidade de inclusão social, no contexto das áreas protegidas.

## **Referências bibliográficas**

- BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1979.
- BRASIL. Decreto Federal no 6.040/2007 que institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA - Embratur/Ibama, Brasília. 1994. 105
- \_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 20 de junho de 2009
- \_\_\_\_\_. Governo Federal. **Lei nº 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. 18 de julho de 2000.
- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma Introdução à Teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOLDRINI, E.B. A APA de Guaraqueçaba: desenvolvimento sustentado e produção ca-

pitalista (elementos para uma Educação Ambiental). 1995. 111 f. **Dissertação** (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.p, 7-38.

BURSTZTYN. I. Políticas publicas de turismo visando à inclusão social. 110 p **Dissertação** (Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2005.

BURSTZTYN. I.; SANSOLO, D. G. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro *In:* BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G.; BURSTZTYN I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p 144-163.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Inventário nacional das florestas nativas. *In:* Paraná. Secretaria de Estado e Agricultura. **Políticas para o desenvolvimento integrado da atividade florestal do Estado do Paraná.** Curitiba, s/d.

IPARDES. **APA de Guarqueçaba:** Caracterização sócio-econômica dos pescadores artezanais e pequenos produtores rurais. Curitiba. 1989.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In:* BARTHOLO R.; SANSOLO D. G.; BURSTZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.110-123.

LAYRARGUES, P. P. **A Função Social do Ecoturismo.** Disponível em <http://Senac.br/informativo/BTS/301e.htm>. Acesso em janeiro 2009.

MENDONÇA. M.C.T. Turismo e participação comunitária: Praia do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou? 192 p. **Dissertação** (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) –UFRJ, Programa EICOS/IP, 2004. RJ 2004.

MONTEIRO, R. A. **Fazendo e Aprendendo Pesquisa Qualitativa em Educação.** Juiz de Fora: FEME/UFJF, 1998.

ROCHA, E. P. Nomes, Rezas e Anzóis: tradição e herança caiçara. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social, PPGAS, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. 101p.

TEIXEIRA, C. A proteção ambiental em Guarqueçaba: uma construção social. **Tese** (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. 302 p.

#### **Notas:**

<sup>1</sup>Este artigo compõe parte da pesquisa de monografia do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Educação Ambiental, Gestão Ambiental e Espaço Escolar da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>2</sup>Segundo o Sistema Nacional de Unidades Conservação, SNUC, LEI 9.985, de 18 de julho de 2000: unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas à proteção.

<sup>3</sup>O Estado do Paraná tem em seu território 399 municípios, no ranking do IDH Guaraqueçaba aparece na 396º posição (IBGE, 2007; IPARDES 2009).

<sup>4</sup>Manifestação cultural popular que reúne dança e música e, no litoral sul e sudeste do Brasil está fortemente associado à vida rural e à caíçara.

<sup>5</sup>Conforme apresentado pelo documento do Ministério do Turismo do Brasil: “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, os Parques Nacionais dos EUA somente no ano de 1989 receberam 270 milhões de visitantes (além dos 500 milhões que visitaram os Parques Estaduais daquele país). Outro exemplo é a visita aos Parques Nacionais do continente africano: no Quênia as visitas a parques nacionais geraram uma renda de 400 milhões de dólares em 1988 (BRASIL, 1994).

<sup>6</sup>Em tupi-guarani Guaraqueçaba significa lugar da ave guará, extinta no município a muitos anos devido ao alto valor de suas penas (BOLDRINI 1995).

<sup>7</sup>Conhecidos pela população local como “destruidor de cercas”, os búfalos eram utilizados como jagunços pelas empresas agropecuárias, devido sua rusticidade e manutenção mais barata, além de sua presença justificar a posse de terras em prol das empresas (BOLDRINI, 1995).

<sup>8</sup>Portaria nº. 65 do IBAMA.

<sup>9</sup>A estratégia das imobiliárias era trocar um registro “legal”, conseguidos por elas, por parcelas das propriedades que os turistas se propunham a comprar.

<sup>10</sup>A proposta é divulgar e fomentar os serviços e roteiros comercializados pela cooperativa, oferecer maior qualidade aos turistas e, ao mesmo tempo, reforçar a importância da preservação da natureza. Para isso, durante toda a temporada, quem visitar Guaraqueçaba ou ilhas da região será recebido por estagiários, cooperados e colaboradores com materiais de divulgação contendo informações referentes ao assunto.

**Wanderley Jorge da Silveira-Junior:** Universidade Federal de Juiz de Fora

Email: jjjuniorjf@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7083630018901697>

**Eloise Silveira Botelho :** Universidade Federal de Juiz de Fora

Email: eloisebotelho@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2389958939659180>

Data de submissão: 23 de agosto de 2011.

Data do aceite: 20 de setembro de 2011.